

Perenização do Rio Doce

ARY LOPES FERREIRA

Motivado por artigo de fundo deste jornal (edição de 14 do mês corrente), sob o título "Preservar o Rio Doce", aproveito o ensejo para retornar ao assunto que já foi objeto de comentários aqui, nas edições de 14/10/95, 7/11/95, 9/11/95, 23/11/95 e de 22/08/96, para novamente abordar a questão das águas desse grande rio, que é mineiro por nascimento e termina por desaguar em estuário capixaba.

Anteriormente já defendíamos, repetidamente, que a perda de água do Rio Doce era conseqüência da perda de água dos seus inúmeros afluentes e subafluentes, principalmente na bacia hidrográfica de Minas Gerais, onde se concentra o maior volume de recursos d'água formadores do Rio Doce.

Em breve levantamento que fizemos, baseado em mapa constante de publicação do extinto DNAAE, intitulada "Projeto Rio Doce" (Gerenciamento Integrado da Bacia do Rio Doce), verificamos que a referida bacia hidrográfica tem uma superfície de 86.400 quilômetros quadrados, dos quais 86% se situam em Minas Gerais e apenas 14% no Espírito Santo.

Nessa superfície de 86.400 km² correm e deságuam, indiretamente ou diretamente, no Rio Doce, 32 principais riachos e rios (sem contar dezenas de córregos formadores desses afluentes, em maior número em Minas).

Desses 32 rios/riachos, 22 estão em território mineiro (até Aimorés) e dez em nosso Estado (a partir de Baixo Guandu até a foz em Linhares).

Mas a grande força de água está mesmo é na parte mineira da bacia, não só pela extensão geográfica, como pela conformação montanhosa das terras das "Alterosas" - condição horográfica que enseja maior precipitação pluviométrica do que em regiões mais baixas.

Portanto, o regime hídrico do Rio Doce depende grandemente das águas mineiras que o formam e o alimentam - daí porque, estando-se reduzindo as águas dos seus formadores mineiros, o Rio Doce apresenta-se, no Espírito Santo principalmente, como um rio em agonia, preocupando estudiosos e governos, nos últimos anos (década de 90).

Nos comentários que então fizemos, defendemos a tese de que, em vista da real impossibilidade de recuperação do manto florestal que existiu na bacia hidrográfica mineira, a alternativa era a de praticar-se a reten-

ção das águas das chuvas, nos rios/riachos formadores do Rio Doce, por meio de barragem que, durante determinado tempo, faria o papel que outrora faziam as matas e que, paulatinamente, em controle técnico, liberariam a água assim temporariamente retida, para manter um nível razoável para o Rio Doce.

Essa tese foi também postulada pelo professor Luiz Carlos Baldicero Molion, do Departamento de Meteorologia da Universidade Federal de Alagoas, em palestra que fez nesta cidade, na Federação da Agricultura, em outubro/96 (A GAZETA, 7/10/96). "A saída apontada pelo professor, entre outras alternativas, é o armazenamento de água. Ele enfatiza que é perfeitamente possível produzir, durante períodos longos de estiagem, desde que haja água armazenada". E, prosseguindo em sua fala, afirmou o palestrante que, sendo a seca inevitável, o correto é a antecipação de medidas defensivas, e não agir apenas quando a seca se instalou. Finalizou o professor Luiz Carlos oferecendo orientação aos assistentes para a construção de barragens, dizendo: "Elas (as barragens) têm de ser mais profundas e menos extensas"... (porque) "se o reservatório for raso e extenso, seca mais rapidamente".

Não é outra a posição do engenheiro agrônomo Ruy Gripp, em manifestação publicada na *Tribuna* da cidade mineira de Manhuaçu (em 31/12/95). Escreveu então o renomado técnico: "... Tendo em conta que é quase impossível reverter a situação hoje configurada grave" (reversão) "que só se conseguiria com o reflorestamento, nos próximos 30 anos, de pelo menos metade dos 83.400 km² da bacia do Rio Doce, a solução seria adotar e pôr em prática o controle do fluxo pluvial da bacia... implantando-se várias represas de contenção das águas, nos principais afluentes e também no próprio Rio Doce, a fim de reter as águas das chuvas por algum tempo e, assim, permitir regularizar o curso dos rios de toda a bacia hidrográfica..."

Em conclusão: dever-se-ia implantar barragens ou reservatórios de água das chuvas nos entroncamentos dos afluentes do Rio Doce, barragens profundas, para que, na estiagem, haja reserva do líquido para ser liberado para o rio principal, paulatinamente, até as próximas chuvas. É inteligente, é oportuno, é imprescindível, é inadiável.

ARY LOPES FERREIRA é advogado

Dever-se-ia
implantar
barragens ou
reservatórios
de águas
das chuvas